# LGPD ADMINISTRAÇÃO XPÚBLICA

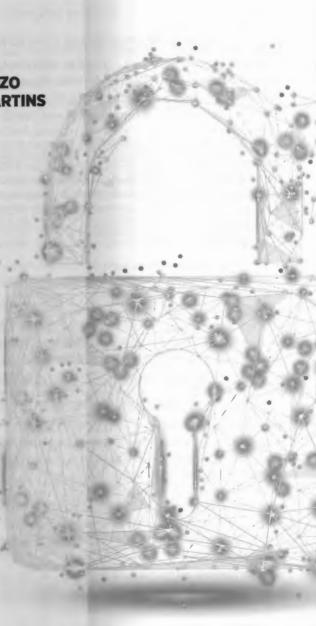
COORDENADORES

**AUGUSTO NEVES DAL POZZO RICARDO MARCONDES MARTINS** 

**UMA ANÁLISE** AMPLA DOS **IMPACTOS** 

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS** TRIBUNAIS"



#### STJ00110514

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais
Juliana Mayumi Ono

Gerente de Conteúdo
Miusa Cristine Romera

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analisto de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Estagiários: Alan H. S. Moreira, Ana Amalia Strojnowski, Bárbara Baraldi e Bruna Mestriner

Produção Editorial Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistos de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério, Caroline Vieira, Damares Regina Felicio, Danielle Castro de Morais, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

Designer Editoriol: Lucas Kfouri

Estagiórios: Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

Capa: Linotec

Equipe de Conteúdo Digital
Coordenação
MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Estagiório de Produção Gráfica: Ana Paula Evangelista

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

LGPD e administração pública : uma análise ampla dos impactos / coordenadores Augusto Neves Dal Pozzo e Ricardo Marcondes Martins. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2020.

Vários autores. Bibliografia ISBN 978-65-5614-121-3

 Administração pública 2. Direito à privacidade 3. Direito administrativo 4. Privacidade -Brasil 5. Proteção de dados - Leis e legislação I. Pozzo, Augusto Neves Dal. II. Martins, Ricardo Marcondes.

20-37814 CDU-35:342.721

Índices para catálogo sistemático:

Lei geral de proteção de dados pessoais : Administração pública :
 Direito administrativo 35:342.721

 Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

## Sumário

Ap	resentação	5
	1 LGPD E DIREITO ADMINISTRATIVO: ANÁLISE INTRODUTÓRIA	
1.	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e direito administrativo: questões polêmicas	17
	Ricardo Marcondes Martins	
	2 BOA ADMINISTRAÇÃO E LGPD	
2.	La protección de datos personales como límite de acceso a la información pública: una mirada desde la buena administración para el control de las agendas políticas	35
3.	O princípio da boa administração pública e a LGPD (Lei 13.709/18) Flávio Garcia Cabral	63
	3 REGULAÇÃO ADMINISTRATIVA DE DADOS	
4.	Regulação do tratamento de dados pessoais no Brasil – o estado da arte Marcela de Oliveira Santos e Fabrício Motta	81
5.	Nos labirintos da LGPD: entre imprevisibilidade regulatória e incerteza institucional	105
6.	Mário Saadi e Sofia Carbonell  A regulação do uso de dados pessoais – Desafios inerentes à atividade e perspectivas com o advento da LGPD: um novo risco?	123
	Fábio Henrique Falcone Garcia e Alexandre Jorge Carneiro da Cunha Filho	

7.	Ponderações sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais no poder público Murilo Jacoby e Tatiana Camarão	137
8.	A LGPD e seus limites regulatórios no âmbito do direito administrativo Claudio Carneiro e Augusto Moutella Nepomuceno	147
	4 DADOS PESSOAIS E INTERESSE PÚBLICO	
9.	Os fundamentos da Lei de Proteção de Dados Pessoais	167
10.	Direito à privacidade e o tratamento de dados pessoais pelo poder público: o interesse público como elemento dialógico da relação	179
11.	Dados pessoais e interesse público	199
12.	O desembarque da privacidade e da intimidade na LGPD Raphael de Matos Cardoso	209
	5 TRATAMENTO E USO COMPARTILHADO DE DADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
13.	Tratamento de dados pessoais pelo Poder Público – particularidades previstas na LGPD (Lei 13.709/2018)	233
14.	Os Comitês de Segurança da Informação e suas atribuições no âmbito da Lei Geral de Proteção de Dados: diretrizes a partir do regulamento geral sobre a proteção de dados da União Europeia	249
15.	Tratamento e uso compartilhado de dados pessoais pela administração pública na execução de políticas públicas	275
16.	Compatibilidade entre a proteção de dados pessoais e o dever de transparência pública	293
17.	O tratamento de dados pessoais pelo setor público e o alcance da LGPD	31

18.	Compartilhamento de dados pessoais no âmbito da administração pública sob a égide da Lei Geral de Proteção de Dados	321
	Fabio Ferreira Kujawski e Ana Carolina Heringer Castellano	
19.	Tratamento de dados pessoais pelo Poder Público: o que esperar segundo a experiência europeia?	333
	Lucas Aluísio Scatimburgo Pedroso	
20.	Impactos da LGPD sobre a atuação da administração pública: alguns desafios e sua efetividade	359
	Jéssica Acocella e Rodrigo Sampaio	
	6 GOVERNANÇA DE DADOS	
21.	Governança de dados e programa de <i>compliance</i> digital na administração pública: contribuições da LGPD para a integridade governamental	379
22.	A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais na administração pública brasileira: é possível implementar governança de dados antes de se implementar a governança em gestão?	39
	Roberta Volpato Hanoff e Thiago Henrique Nielsen	
23.	Planejando a implementação de um programa de privacidade a partir da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei 13.709/2018	40
	Juliano Heinen	
	7 ACESSO À INFORMAÇÃO E LGPD	
24.	A Lei de Acesso à Informação e a Lei Geral de Proteção de Dados: a transpa- rência proibida	42
	8 CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO E LGPD	
25.	A Lei Geral de Proteção de Dados e suas Repercussões nos Contratos de Concessão	44
	Augusto Neves Dal Pozzo e Renan Marcondes Facchinatto	, ,

26.	Uso compartilhado de dados pessoais e a possibilidade de geração de receita acessória: uma análise dos efeitos da LGPD sobre os contratos de concessão  Nathaly Campitelli Roque, Pedro Pinheiro Orduña e Bruno Damasceno Ferreira Santos	455
27.	A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e as concessões de serviços públicos	473
28.	A utilização de dados e informações como receitas acessórias em projetos de infraestrutura: LGPD, limites e as novas oportunidades	489
	9 EMPRESAS ESTATAIS E LGPD	
29.	As empresas estatais e implementação da governança na proteção de dados pessoais	505
30.	O impacto da Lei Geral de Proteção de Dados nas investigações internas em estatais	5 <b>2</b> 7
31.	Tratamento de dados por empresas estatais no regime da LGPD: incertezas, desafios práticos e soluções possíveis	543
	10 AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS	
32.	A autoridade nacional de proteção de dados pessoais e o dever estatal de sua tutela: anotações em torno da independência do órgão regulador Edilson Pereira Nobre Júnior	559
33.	Autoridade nacional de proteção de dados: aspectos de organização administrativa	585
34.	O contexto brasileiro da proteção de dados pessoais e as características da autoridade nacional de proteção de dados	603

35.	Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD): apontamentos sobre sua natureza e regime jurídico	621
	11 USO DE ROBÔS E A LGPD	
36.	Robôs inteligentes como distopia do processo de acesso à justiça	647
	12 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS NA LGPD	
37.	O "vazio regulamentar" do art. 53 e seus impactos na (in)efetividade da LGPD Daniel Ferreira e Luciano Elias Reis	675
38.	As sanções administrativas de multa simples e multa diária na LGPD Francisco Zardo	695
<b>3</b> 9.	O regime sancionador da LGPD	709
40.	As sanções administrativas da Lei Geral de Proteção de Dados brasileira e o devido processo administrativo sancionador	731
41.	O sistema sancionatório da nova Lei Geral de Proteção de Dados	743
42.	Medidas cautelares no processo administrativo sancionador na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais	759
	13 CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E LGPD	
43.	A responsabilidade dos terceiros contratados pela administração pública pelo manuseio de dados pessoais	789
	Fernanda Santos Schramm	

### 14 RESPONSABILIDADE CIVIL E LGPD

44.	A responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes do tratamento de	0
	dados pessoais: um estudo de caso	8
45.	A responsabilidade subjetiva prevista na Lei Geral de Proteção de Dados e a relação jurídica entre o controlador e o encarregado de proteção de dados Bruno Martins Torchia e Tacianny Mayara Silva Machado	8
	15 SERVIDORES PÚBLICOS E LGPD	
46.	Lei Geral de Proteção de Dados na experiência europeia e impactos na juris- prudência do STF – o caso da divulgação nominal da remuneração dos servi- dores públicos	8
<b>4</b> 7.	Interfaces entre o dever de transparência e a proteção dos dados pessoais no âmbito da Administração Pública	8
48.	Análise dogmática jurídica da Legislação Geral de Proteção de Dados no Direito Administrativo referente aos dados do agente público	8
	16 SAÚDE PÚBLICA E LGPD	
49.	A Lei Geral de Proteção de Dados e a Administração Pública: por uma convergência da privacidade com o interesse público	8
50.	A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais no setor de saúde: principais controvérsias e riscos legais	9
51.	Passado, presente e futuro da proteção de dados contra a Administração Pública  Lucas Catib De Laurentiis, Felipe Grizzoto Ferreira e David Felice Falivene Baptista	9

52.	LGPD no setor público: como maximizar benefícios, minimizar riscos, sua regulamentação e os efeitos da COVID-19	945
53.	Lei Geral de Proteção de Dados e direito administrativo em época de pandemia Carolina Reis Jatobá Coêlho	961
17 EDUCAÇÃO E LGPD		
54.	LGPD e inovação no setor público: o caso das Edutechs	979